CORREIO NACIONAL

Marcos Oliveira/Agência Senado

Embaixador Marcos Oliveira faleceu nesta segunda (29)

Morre em Brasília ex-ministro Samuel Pinheiro Guimarães

O embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto faleceu na manhã desta segunda-feira (29), em Brasília, aos 84 anos. Ele atuou como secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores entre 2003 e 2009, além de ministro chefe de Assuntos Estratégicos entre 2009 e 2010, e Alto-Representante Geral do Mercosul entre 2011 e 2012. Nascido no Rio de Janeiro, em 1939, Samuel Pinheiro Guimarães Neto graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (atual UFRJ) em 1963, ano em que ingressou no Itamaraty. Foi também mestre em economia pela Universidade de Boston (1969). Segundo o Ministério das Relações Exteriores, Guimarães Neto foi protagonista na formulação e execução da política externa brasileira nos primeiros dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "Como diplomata e intelectual, construiu uma ampla reflexão sobre o desenvolvimento e inserção internacional do Brasil.

Diplomata

O presidente Lula disse que Guimarães foi um dos mais importantes diplomatas da sua geração, com um extenso currículo de serviços prestados. "Tive o prazer e a honra de conviver e trabalhar com Samuel nos meus dois primeiros mandatos como presidente da República e depois como ex-presidente.

Trabalho escravo

O Senado avalia medidas de combate ao trabalho escravo. Uma das iniciativas é o projeto de lei (PL 5.970/2019) que regulamenta a expropriação de imóveis urbanos e rurais em que for constatada a exploração de trabalho em condições análogas às de escravidão. A medida não exclui outras sanções já previstas em lei.

TCU

À frente da Organização Internacional das Instituições Superiores de Controle (Intosai), o Tribunal de Contas da União (TCU) vem trabalhando para ampliar a inserção internacional das instituições superiores de controle (ISC). Fortalecer a voz global da Intosai é uma das prioridades do mandato do Brasil na Intosai.

Educação

O debate em torno das questões de gênero nas escolas será um dos tópicos abordados na Conferência Nacional Extraordinária de Educação, evento que ocorre em Brasília nesta terça-feira (30). A pauta ganha espaço no momento em que educadores querem incluí-la no novo Plano Nacional de Educação (PNE).

Desenrola Brasil

O programa do Governo Federal, que seria encerrado em dezembro de 2023, foi prorrogado até 31 de março, e conta com uma novidade: os cidadãos que têm perfil bronze no gov.br também poderão parcelar suas dívidas. Até então, esse benefício era restrito aos perfis prata ou ouro.

Transmissão

O canal do Superior Tribunal de Justiça no YouTube vai transmitir ao vivo, a partir das 14h da próxima quinta-feira (1º), a sessão da Corte que marcará a abertura do ano judiciário. O STJ é composto pelos ministros mais antigos e julga, entre outras, as ações contra autoridades com foro por prerrogativa de função.

Desastres

O PL 4536/23 garante prioridade de tramitação às ações civis e penais que tratem de desastres ambientais. Em análise na Câmara dos Deputados, a proposta altera o Código de Processo Civil e o Código de Processo Penal. O projeto pode contribuir para que crimes ambientais sejam solucionados em menor tempo.

Sisu

O Ministério da Educação (MEC) divulga nesta terça-feira (30) o resultado dos selecionados na primeira chamada do processo seletivo de 2024 do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). São, ao todo, 264.360 vagas disponíveis, distribuídas entre 127 instituições de educação superior participantes.

Carnaval

O carnaval deste ano deve movimentar R$ 9 bilhões de reais. A estimativa foi divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Em ritmo de recuperação pelo quarto ano seguido, será a primeira vez que o faturamento deve superar o patamar anterior à pandemia de covid-19.

Simples Nacional

As micro e pequenas empresas de todo o país têm até esta quarta-feira (31) para optar pelo Simples Nacional, o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições. Para participar é necessário que o empreendimento esteja regular com as obrigações previstas em lei.

Cappelli: 'Fiz o melhor que pude pela democracia'

Secretário-executivo do Ministério da Justiça se desligará do cargo

Isaac Amorim/ Ascom/MJSP

O secretário-executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Capelli

Prestes a deixar o Ministério da Justiça e Segurança Pública, o secretário-executivo da pasta, Ricardo Cappelli, afirmou, nesta segunda-feira (29), que se desliga do cargo com o "sentimento de dever cumprido".

"Fiz o melhor que pude pela democracia e pelo Brasil", afirmou Cappelli em um texto que publicou hoje, em sua conta pessoal no X (antigo Twitter).

Formado em jornalismo, Cappelli presidiu a União Nacional dos Estudantes entre 1997 e 1999. Durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), foi secretário nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social. Depois, ocupou outros cargos públicos, tendo chefiado a Secretaria de Comunicação Social do Maranhão, quando o governador era Flávio Dino.

Quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva nomeou Dino para comandar o Ministério da Justiça no início de 2023, Cappelli assumiu a secretaria-executiva da pasta. Em seu oitavo dia oficialmente no cargo, foi nomeado interventor federal na Segurança Pública do Distrito Federal depois que vândalos invadiram e depredaram o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o prédio do STF

Como interventor, Cappelli passou 23 dias respondendo pela Segurança Pública no DF. Exonerou e afastou oficiais da Polícia Militar (PM) e da própria Secretaria Distrital de Segurança Pública, além de acompanhar as investigações contra acusados de terem sido coniventes com os ataques aos Três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).

A saída de Cappelli era dada como certa desde que, no fim de dezembro, o Senado aprovou a indicação do ministro Flávio Dino para o STF, feita pelo presidente Lula. Dino será substituído, no ministério, pelo ministro aposentado do STF, Ricardo Lewandowski, cuja posse está agendada para esta quinta-feira (1), com a troca de todo o primeiro escalão da pasta.

"Agradeço ao ministro Flávio Dino e ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela oportunidade e confiança. Desejo sucesso ao ministro Lewandowski", acrescentou Cappelli, nas redes sociais. "Agradeço também o apoio de todos os servidores do MJSP".

O destino de Cappelli ainda é incerto, mas nas redes sociais, internautas defendem seu nome para chefiar a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), alvo das manchetes dos últimos dias devido às investigações da Polícia Federal (PF), que apura as suspeitas de que, entre 2019 e 2022, ex-dirigentes e servidores do órgão monitoraram ilegalmente autoridades públicas, jornalistas e políticos que se opunham ao ex-presidente, Jair Bolsonaro.

Auditores da receita fazem operação-padrão

Em greve há dois meses, os auditores fiscais da Receita Federal farão operação-padrão nesta terça-feira (29) que prevê inspeções mais rigorosas nas bagagens de passageiros que desembarcarem de voos internacionais. Segundo o Sindifisco dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco Nacional), entidade que representa a categoria, a ação está prevista para ocorrer nos dez maiores aeroportos do país.

Os auditores vão intensificar a fiscalização e vão ampliar a amostragem de bagagens revistadas dos passageiros que regressarem de viagens internacionais nesta terça. Os aeroportos a serem afetados são os seguintes: Brasília, Confins (MG), Corumbá (MS), Fortaleza, Galeão (RJ), Guarulhos (SP), João Pessoa, Porto Alegre, Recife e Viracopos (SP).

Na semana passada, os auditores-fiscais fizeram greve nos portos, aeroportos e pontos de fronteira de alfândega com foco nas cargas. Segundo o Sindifisco, a operação-padrão será ampliada para a fiscalização de bagagens, com a expectativa de filas no interior dos aeroportos. Na última terça-feira (23), o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, declarou que o governo ainda levantava o impacto da mobilização, mas disse que não tinha visto grandes prejuízos no embarque de mercadorias.

Os auditores da Receita Federal cobram o recebimento de um bônus de produtividade previsto pela Lei 13.464. Segundo a categoria, o benefício está previsto há sete anos, com sucessivos governos descumprindo a legislação. Em junho do ano passado, o governo regulamentou o adicional, mas o Ministério da Fazenda alega falta de dinheiro. O Sindifisco Nacional ressalta que a mobilização não afeta de maneira alguma a liberação de medicamentos, alimentos perecíveis e cargas vivas.

Arquivo/Agência Brasil

Mais de 500 mil pedidos de isenção em Concurso Unificado

Isenções para Concurso Público Unificado

Candidatos que solicitaram isenção da taxa de inscrição no Concurso Público Nacional Unificado já podem conferir se os pedidos foram aceitos. A consulta ao resultado deve ser feita no próprio site de inscrições do concurso. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos informou que foram aceitos, ao todo, 517.468 pedidos. Têm direito à isenção pessoas que estão no CadÚnico, fazem ou fizeram ensino superior pelo Programa Universidade para Todos (Prouni) ou Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), além de doadores de medula óssea. A pasta recebeu, até a última sexta-feira (26), 662.018 pedidos de isenção da taxa de inscrição. Os demais candidatos que tiveram o pedido inicial negado têm até esta terça-feira (30) para recorrer. A análise dos recursos será feita até o dia 5 de fevereiro. O resultado final será publicado em 6/02. Os candidatos cujos recursos forem negados terão até 9 de fevereiro, último dia de inscrição no certame, para efetuar o pagamento da inscrição.

STF

STF mantém condenação de ex-prefeito de Januária (MG)

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou pedido de Habeas Corpus (HC) 237350 apresentado pelo ex-prefeito de Januária (MG) Maurílio Arruda para anular a ação penal em que foi condenado por desvio de verbas públicas e associação criminosa e suspender as medidas alternativas à prisão impostas à ele. De acordo com os autos, o ex-prefeito integrava associação criminosa voltada ao desvio de verbas de caráter social, como recursos destinados à educação básica na rede pública. Ele foi condenado em primeira instância à pena de 14 anos, 7 meses e 18 dias de reclusão e responde ao processo em liberdade.

STJ

Superior Tribunal de Justiça julgará taxa Selic

O ano judiciário no STJ começa na próxima quinta-feira, 1º, com sessão da Corte Especial. Ao longo de 2024, diversos processos com grande impacto jurídico e social passarão pelo colegiado. Um deles é o REsp 1.795.982, que trata do uso da taxa Selic para a correção de dívidas civis. O entendimento do tribunal servirá de base para todos os processos atuais e futuros nos quais se discute a correção do valor de uma condenação. A Corte Especial analisou o caso pela última vez em junho, ocasião em que o ministro Raul Araújo apresentou voto-vista divergindo do relator e concluindo pela validade da Selic na correção dessas dívidas.

TSE

Sociedade de Computação inspecionará código-fonte

A Sociedade Brasileira de Computação (SBC) enviou, nesta segunda e terça-feira (29 e 30/1), um representante ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em Brasília, para inspecionar o código-fonte da urna eletrônica e dos sistemas eleitorais que serão utilizados nas eleições municipais de 2024. Roberto Samarone dos Santos Araújo estevena Sala Multiuso, localizada no subsolo do Tribunal, para realizar a auditoria. Em outubro do ano passado, o presidente do TSE, ministro Alexandre de Moraes, anunciou, durante o evento de lançamento do Ciclo de Transparência - Eleições 2024, o início do período que marca a abertura do código-fonte da urna eletrônica para inspeção.

TCU

Modernização do processo do controle de obras em 2023

O Tribunal de Contas da União (TCU) realizou, em 2023, levantamentos, auditorias e respondeu consultas que influenciaram diretamente na vida do cidadão no setor de infraestrutura. Processos de relicitação de portos, aeroportos e rodovias, expansão da rede física da saúde e o monitoramento de obras que consomem enorme montante de recursos públicos, mas que estão paralisadas, são alguns exemplos. Um dos trabalhos da Corte de Contas que teve impacto no setor de infraestrutura foi a auditoria operacional que verificou as iniciativas implementadas, e em andamento, para retomada e conclusão das obras públicas.